



CÂMARA DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS
Ata da 20ª reunião, realizada em 30 de agosto de 2018

1 Em 30 de agosto de 2018, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Agrossilvipastoris (CAP), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Guilherme Augusto
5 Duarte de Faria, representante da SEMAD. Representantes do poder público:
6 Marcos Eugênio Sampaio Rodrigues, da Secretaria de Estado de Agricultura,
7 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Tiago Bueno Flores, da Secretaria de
8 Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda); Túlio Almeida Lopes, da Secretaria
9 de Estado de Governo (Segov); Fernando Antônio de Souza Costa, da
10 Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais (SFA/MG) / Ministério
11 da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Enio Resende de Souza, da
12 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
13 (Emater); Rosa Maria Medeiros, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
14 Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Representantes da sociedade civil: Igor
15 Lopes Braga, da Associação Mineira de Silvicultura (AMS); Carlos Alberto
16 Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
17 Gerais (Faemg); Leandro Soares Moreira, da Federação dos Trabalhadores na
18 Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Tobias Tiago Pinto Vieira, do
19 Movimento Verde de Paracatu (Mover); Lucas Amaral de Melo, da Universidade
20 Federal de Lavras (Ufla); Emílio Elias Mouchrek Filho, do Conselho Regional de
21 Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG). **Assuntos em pauta. 1)**
22 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional
23 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Guilherme Augusto Duarte de Faria
24 declarou aberta a 20ª reunião da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris. **3)**
25 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro
26 Emílio Elias Mouchrek Filho: “Senhor presidente, na reunião passada, houve um
27 relato aqui da equipe do Triângulo Mineiro a respeito de um acelerador de
28 compostagem para dejetos de suínos. O trabalho estava tão bom, eu me
29 interessei, e a equipe do Triângulo Mineiro mandou para a Câmara, e a equipe
30 da Câmara mandou para mim o material técnico, de excelente qualidade. Como
31 eu falei, para nós, que andamos no Estado inteiro, seria uma forma de divulgar
32 e utilizar. Eu queria agradecer por mais essa gentileza.” Presidente Guilherme
33 Augusto Duarte de Faria: “Nós vamos transmitir os agradecimentos à equipe da
34 Supram Triângulo. Realmente, a intenção é que os trabalhos que são
35 desenvolvidos tecnicamente pelas equipes os conselheiros possam divulgá-los,
36 dado que foi reconhecida tecnicamente a sua grandiosidade.” Conselheiro
37 Tobias Tiago Pinto Vieira: “Eu queria que, talvez, começássemos uma

38 discussão aqui, senhor presidente, a respeito das taxas ou valores pagos pelos
39 empreendedores quanto à compensação ambiental. Nós vimos que quase todos
40 os empreendedores que serão votados hoje terão que protocolar perante a
41 Gerência de Compensação Ambiental o processo para ser criado o termo de
42 pagamento para essa compensação. No Noroeste de Minas, alguns
43 empreendedores estão fazendo esses pagamentos, só que temos um parque
44 estadual que não recebe esse recurso de volta. O IEF, que gere o parque, tem
45 passado por alguns problemas internos, até mesmo por invasões e desmates
46 que estão ocorrendo dentro da área do parque e dentro da área de influência. E
47 o Parque Estadual de Paracatu é tão importante que protege os mananciais que
48 abastecem a cidade de Paracatu. Então, a minha sugestão é que nós
49 comecemos a discutir aqui na CAP e levemos para a CPB, para que esse
50 recurso não seja disponibilizado para levar para outras unidades de
51 conservação. Que no Noroeste de Minas nós achemos algum meio de fazer
52 isso. Não sei juridicamente como nós poderíamos fazer isso, mas que
53 direcionemos esse recurso para a unidade de conservação existente no
54 Noroeste de Minas, que é a de Paracatu. Uma vez que o recurso sai da cidade,
55 é passível que esse recurso possa voltar. Na CPB, no momento de votação, até
56 na última reunião, eu estive presente e pedi para que o Conselho direcionasse
57 esse recurso. Os conselheiros, naquele momento, talvez não me entenderam
58 muito bem e não direcionaram esse recurso para Paracatu. Mas eu volto a dizer
59 a importância desse recurso para proteger os mananciais que abastecem a
60 cidade de Paracatu, que passou o ano passado três meses sem água, há
61 bairros que ficaram três, quatro meses sem água. Se foi erro de gestão de
62 prefeitura, de Copasa, sei lá, não cabe a nós julgar isso, cabe a nós julgar que o
63 parque precisa de uma ajuda para que seja feita essa proteção melhor. Fica
64 aqui o meu manifesto, e vamos buscar, talvez a CAP, dar uma sugestão, algum
65 ofício para a CPB, alguma coisa assim, e busquemos isso.” Presidente
66 Guilherme Augusto Duarte de Faria: “Os recursos da compensação ambiental
67 são regidos pela legislação do Snuc e pelos decretos que o regulamentam. Na
68 norma estadual, nós trazemos isso para o POA. O POA determina que até 20%
69 possam ser destinados diretamente para aquela unidade de conservação que
70 foi considerada afetada pelo empreendimento. Esse caso específico eu não
71 conheço e posso encaminhar para a Gerência de Compensação Ambiental do
72 IEF, para que verifique se existia ali uma unidade de conservação afetada pelo
73 empreendimento que fez o pagamento daquela compensação e que poderia ter
74 recebido os 20% diretamente ou não. Caso não seja o caso, enfim, caso o
75 conselheiro entenda que é pertinente que outras unidades não diretamente
76 afetadas, mas ali no entorno município, isso nós temos que discutir no âmbito
77 do POA. E o POA é revisado anualmente. A legislação traz a destinação macro:
78 regularização fundiária, manutenção das unidades de conservação,
79 regularização fundiária para demarcação de terras, elaboração dos planos de
80 manejo e manutenção das unidades de conservação, aquisição de bens e

81 serviços que estão envolvidos com aquela gestão direta da unidade de
82 conservação. E o POA traz as especificidades dos 20% a serem destinados
83 diretamente. Peço que me informe o caso específico, para que verificarmos,
84 porque às vezes nós observamos que havia unidade de conservação afetada
85 pelo empreendimento, e, à época daquela compensação, não foram destinados
86 os 20%, e podemos verificar se há algo que possa ser feito. De toda forma, eu
87 convido o conselheiro a participar do processo de revisão do POA para que,
88 enfim, contribua com essa sugestão, se não está adequada a maneira como
89 está colocado, possamos pensar de modo a não deixar, de fato, a unidade de
90 conservação sem os recursos necessários.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto
91 Vieira: “Nesse caso lá, realmente, o empreendimento não afetava diretamente,
92 mas o que nós pensamos naquele momento – nós que eu digo é a sociedade
93 civil – em estar colaborando com a gestão do parque fazendo esse pedido aqui.
94 Inclusive, eles estão precisando fazer um diagnóstico para ver quais as ações
95 que a Copasa é passível de fazer dentro do parque, como recuperação de
96 nascente ou qualquer outra atividade. E com isso eles precisavam de recurso.
97 Talvez se nós conseguimos realizar dentro do POA esse direcionamento, que
98 sejam 10% de cada taxa de compensação, poderia facilitar e auxiliar no manejo
99 do parque.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Em outras ocasiões, a
100 Faemg se manifestou a respeito do Cadastro Ambiental Rural, porque nós
101 tínhamos dúvidas de que a nossa Secretaria de Meio Ambiente não acreditava
102 muito no CAR como instrumento de política ambiental para este Estado e para
103 este país. E realmente a SEMAD, por diversas vezes, nos induziu a
104 compreender que o CAR não era uma coisa importante. Tanto é que, quando
105 nós estávamos trabalhando a nova legislação do licenciamento ambiental, o
106 CAR não estava presente entre os instrumentos de consulta do licenciamento
107 ambiental. Devagarzinho, a SEMAD foi entendendo a importância do CAR, e
108 agora, e, ações mais efetivas, o IEF – representando a SEMAD e o Sistema de
109 Meio Ambiente – está tomando providências efetivas para dar o segundo passo
110 depois do Cadastro Ambiental Rural, que é o PRA. O que nós aplaudimos,
111 incentivamos, e estamos juntos com o IEF. Foi contratada uma consultoria
112 altamente qualificada, que está com a missão de desenhar o PRA, o Programa
113 de Regularização Ambiental. Então, é isso que está sendo feito, e nós estamos
114 participando de reuniões, não só com a consultoria, como com diversas
115 entidades que foram convocadas para nos ajudar a fazer o trabalho da
116 consultoria. Mas, aí, presidente, vem a assustadora informação. Nós sabemos
117 que o nosso Cadastro Ambiental Rural sofreu diversos solavancos na questão
118 do sistema computadorizado para realização. Teve problemas com a
119 Universidade de Lavras. Esses problemas foram vencidos, e hoje a plataforma
120 que recebe as inscrições do CAR é a plataforma federal. Mas aí aparece a
121 assustadora informação ou constatação de que foram perdidas 300 mil
122 informações do Cadastro Ambiental Rural. Eu não acredito, porque até no meu
123 computador, qualquer coisa que entra lá dentro, se eu não salvar, o sistema

124 salva. Mas no nosso caso aqui não sabemos o que aconteceu, e o pior: o IEF
125 não dá informações incisivas e decisivas a respeito de qual é o problema. Mas
126 tem essa indicação de 300 mil cadastros que teriam sido perdidos ou, se não
127 estão perdidos, estão em algum lugar, e não sabemos como vai ser a
128 recuperação. Essa é a primeira indicação. A segunda é que o modelo que foi
129 escolhido para darmos essas colaborações, para discutir esse sistema de
130 efetivação do PRA, é aquele que tradicionalmente acontece. Convidam-se 'n'
131 entidades, 'n' pessoas, e ocorre que na discussão a coisa fica complicada. Por
132 exemplo, o Cadastro Ambiental Rural em Minas Gerais teve o protagonismo
133 definitivo e efetivo da Faemg, da Emater, da Fetaemg e de outras entidades. E
134 hoje Faemg, Fetaemg, Emater são um grão de areia perdido. Nós temos lá, em
135 reuniões mensais, mais ou menos 30 pessoas discutindo o Programa de
136 Regularização Ambiental. A Faemg está em um grupo de cinco, em que as
137 ideias que ela tem se perdem. São seis grupos de cinco, e nós estamos
138 preocupados que essas pessoas que estão discutindo esse Programa de
139 Regularização Ambiental são todos técnicos muito gabaritados, muito
140 preparados, e querem dar contribuição, e nada mais justo do que isso. Mas aí
141 acontece o seguinte. 'Na minha vontade de colaborar para fazer um Programa
142 de Regularização Ambiental legal e bacana, eu ultrapasso os limites da lei. Não
143 quero saber se tem Código Florestal, se tem lei estadual, eu quero dar minha
144 contribuição'. E isso fica altamente prejudicado. Isso que eu estou falando tem
145 muito a ver com o modelo de cuidar das coisas do meio ambiente. Por exemplo,
146 senhores conselheiros, os planos de bacia hidrográfica, a elaboração de um
147 plano de bacia hidrográfica é um negócio complicadíssimo, uma consultoria
148 muito cara, que faz audiência pública, convoca um tanto de pessoas, conversa
149 com um tanto de pessoas e produz um documento de 1.000, 2.000 folhas. E na
150 hora que você precisa pegar quatro ou cinco ações para a bacia, que são
151 suficientes, você não consegue porque o pacote é muito grande. Outra coisa de
152 que falamos diariamente aqui na reunião: os planos de manejo de unidade de
153 conservação são documentos que têm de 500 a 1.000 folhas, e são preparados
154 por consultorias altamente gabaritadas e preparadas. Em um documento de mil
155 folhas ou 500, na hora que você precisa tirar três ou quatro procedimentos para
156 a unidade de conservação, você não consegue tirar. Então, o objetivo dessa
157 minha manifestação é que verifiquemos isso enquanto é tempo, para não sair
158 um decreto de Programa de Regularização Ambiental com 150 indicações,
159 formas de recomposição, formas de reposição da flora e da fauna. Enfim, talvez
160 eu não tivesse assim tanto preparo para explicar o que está nos perturbando,
161 mas, em resumo é isso. São 300 mil cadastros que teriam se perdido. Se não
162 estiverem perdidos, presidente, que alguém venha e fale para nós 'não perdeu,
163 as ações para recuperar esses 300 mil cadastros são essas, essas e essas'.
164 Mas não é isso que está sendo falado. E que consigamos conduzir essas
165 reuniões de preparação do PRA de alguma forma que não resultem em um
166 documento impossível de ser praticado pelos proprietários rurais." Conselheiro

167 Emílio Elias Mouchrek Filho: “Conselheiro Carlos Alberto, eu gostaria de saber o
168 seguinte na sua maneira de ver. Uma grande parte dessa dificuldade não é por
169 causa de sombreamento de áreas? Áreas muito próximas, sombreadas uma a
170 uma, uma sobre a outra, dependendo da plataforma que foi usada inicialmente,
171 depois se tentou corrigir, alguma coisa assim? Você tem essa vivência na
172 Faemg?”. Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Não, perdeu. A indicação
173 que se tem, a resposta que o IEF nos deu é que, para recuperar esse CAR, ‘o
174 CAR do Carlos Alberto’, eu tenho que entrar com meu CPF, meu login, eu sei lá
175 o que quer que seja, e aí vou acessar a minha página do CAR. Só que lá dentro
176 não tem nada, e aí eu tenho que fazer novamente todas as informações, fazer o
177 CAR outra vez. Eu entro e, através de um instrumento, que eu não sei bem –
178 parece que o CPF –, eu consigo, ‘a página do Carlos Alberto está lá’. Mas não
179 tem nada. E aí eu tenho que fazer o meu CAR novamente.” Conselheiro Enio
180 Resende de Souza: “Eu pedi a palavra para, corroborando o conselheiro Carlos
181 Alberto, falar sobre essas duas coisas de que ele lembrou muito bem aqui: o
182 CAR e o PRA. Com relação ao CAR, eu até pediria que o Geraldo, do IEF, que
183 está aqui, fizesse esse esclarecimento, porque eu acho que ele entende muito
184 mais do que todos nós aqui. Mas, de qualquer maneira, é uma coisa em que o
185 Carlos Alberto tem razão, para ouvirmos o que, de fato, está acontecendo. Com
186 relação ao PRA, eu queria rapidamente aqui destacar alguns pontos. Como
187 disse o Carlos Alberto, o IEF está conduzindo, de forma participativa, reuniões
188 com a sociedade mineira. Eu até fiquei achando um pouco diferente, porque na
189 última reunião tinha muita gente de fora de Minas. Eu achei um pouco estranho
190 isso, para discutir o PRA de Minas Gerais. De qualquer maneira, é uma
191 participação. Mas, como disse o Carlos Alberto, corre-se o risco, às vezes, de
192 diluir um pouco essa discussão até por pessoas que estão fora do Estado, de
193 Brasília, do Rio de Janeiro. Na reunião, muitas vezes, tem uma votação, mas
194 você apresenta depois um resumo do que cada grupo discutiu. Mas o que eu
195 gostaria de chamar atenção, senhor presidente, é que o PRA, o Programa de
196 Regularização Ambiental, na minha opinião, é o maior programa do mundo de
197 restauração florestal. Não existe nenhum paralelo em nenhum país do mundo
198 que esteja fazendo um esforço tão grande quanto esse de recompor áreas de
199 APP, áreas de reserva legal, na dimensão que o Brasil está fazendo, que Minas
200 Gerais vai fazer. Então, eu enalteço demais essa questão do Código Florestal,
201 essa importância que temos de fazer uma regularização ambiental de tal
202 dimensão. E é nesse quesito, então, que eu chamo atenção. Apesar de
203 reconhecer o esforço que o IEF tem feito, de forma participativa – são quatro
204 reuniões, já tivemos três, abertas à sociedade –, o ponto que eu chamo atenção
205 é que a CAP, pelo foco que tem de discutir políticas agrossilvopastoris, é uma
206 Câmara que tem que estar mergulhada dentro dessa questão do PRA. Então, é
207 um pedido que fazemos aqui. E nós já fizemos isso lá. Na última reunião,
208 estiveram presentes, por exemplo, colegas da Ufla. A professora Soraya esteve
209 lá no primeiro dia, lá tem assento a Faemg, a Fetaemg, a Emater, e eu acho

210 que a Sociedade Mineira de Silvicultura. Mas, enfim, eu acho que a CAP deveria
211 ter uma participação mais intensa nessas reuniões que estão acontecendo. E
212 vai acontecer a última agora em setembro. Que esse assunto seja, inclusive,
213 tema de pelo menos uma reunião aqui, que a gente discuta só o PRA, os
214 resultados que estão sendo colocados. Porque não é possível, eu entendo, que
215 uma Câmara como a nossa fique ao largo. Eu acho que não é isso a intenção
216 do IEF. Fica apenas uma sugestão para, então, trazer esse assunto aqui para
217 nós, porque aqui estão, de fato, pessoas e instituições que conhecem muito a
218 agropecuária, Agrossilvipastoril. Então, eu acho que é importante essa
219 colocação e sugiro, se for possível, o Geraldo nos esclarecer essa questão do
220 CAR.” Presidente Guilherme Augusto Duarte de Faria: “Em relação ao PRA, a
221 minha sugestão é de que, na próxima reunião, a gente traga aqui a Fernanda
222 Teixeira, que é a diretora responsável pela área que tem desenvolvido o PRA,
223 que pode trazer já os resultados preliminares desse avanço e estar aberta
224 também às sugestões, o que já levarei, do ponto de vista da dinâmica
225 participativa de construção do PRA. Mas eu acho que o mais produtivo é que a
226 Fernanda esteja aqui para, de fato, debater com os senhores. Hoje ela está em
227 viagem. Em relação ao CAR, o Edmar, que é o nosso diretor de Controle,
228 Monitoramento e Geotecnologia, do IEF, está aqui e veio, de fato, dar um
229 retorno a respeito até de um questionamento do CAR da reunião anterior,
230 também em relação ao Sinaflor. A diretoria do Edmar é responsável por ambos,
231 os sistemas, seus desenvolvimentos e aplicações, e podemos aproveitá-lo aqui,
232 de fato, para sanar essas dúvidas. A informação que nós temos, a informação
233 oficial do IEF, é de que não foram perdidos os dados. O Edmar pode falar mais
234 sobre isso. Mas é que os dados não foram perdidos e que hoje nós temos
235 informações de 700 mil cadastros na base de dados. A informação que eu
236 recebi agora.” Edmar Monteiro Silva/IEF: “Em relação aos questionamentos
237 relacionados à Gerência de Cadastro Ambiental Rural, como o próprio
238 presidente já colocou, em contato direto com a nossa gerente Mariana Megale,
239 ela foi taxativa ao me passar a informação de que Minas Gerais hoje tem, como
240 o Guilherme colocou, cerca de 700 mil cadastros, não houve perda de 300 mil
241 cadastros. O conselheiro Carlos Alberto, inclusive, tem um canal muito aberto
242 conosco, como com todas as demais instituições. Imagino que exista algum
243 ruído de comunicação. Que nos passe alguma informação complementar, pode
244 ficar à vontade, para que possamos verificar e esclarecer. É a informação que
245 eu tenho da gerente, a responsável no Estado pelo Cadastro Ambiental Rural. E
246 o próprio técnico da gerência aqui também presente, se quiserem alguma
247 informação complementar, também pode nos trazer. A informação oficial do
248 Estado é que não houve perda de 300 mil Cadastros Ambientais Rurais, seja do
249 sistema estadual, seja após a migração para a plataforma federal, do Serviço
250 Florestal Brasileiro.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu acho
251 importante insistir nessa discussão, porque ela é tão importante quanto a pauta
252 de hoje. É preciso lembrar que em Minas Gerais o Cadastro Ambiental Rural

253 custou para decolar. Houve um problema de grana, um problema de contrato,
254 problema de licitação, e houve, infelizmente, um problema de que o próprio
255 Sisema não acreditava que o CAR servisse para alguma coisa. A gravidade da
256 questão é essa, e nós temos que falar com franqueza. Depois que decolou, que
257 começou a sair o CAR, a fazer etc., as entidades trabalhando, o IEF também
258 trabalhando, todo mundo trabalhando, teve solavancos com o contrato com a
259 Universidade de Lavras, que era a responsável pelo sistema. Quando temos
260 esse receio de que tenha acontecido isso dessa atemorizante notícia da perda,
261 ela tem fundamento. E o documento que nós temos na Faemg, escrito, é que
262 'eu quero aderir ao PRA, e, para aderir ao PRA, eu tenho que ir lá ao meu
263 cadastro e falar eu quero adesão'. Porque foi uma coisa malconduzida
264 inicialmente. Mas na hora em que 'eu entro no meu cadastro, não tem a
265 informação'. Há perda está nesse fato. Aí 'eu tenho que lançar novamente as
266 minhas informações, a minha área consolidada, minha APP, minha área de
267 produção, para recuperar, para depois fazer a minha adesão'. Então que é a
268 questão. Essas informações existem em algum lugar, tem como ir lá e buscar.
269 Mas é a notícia que nós temos hoje. E nós temos uma dificuldade muito grande,
270 a Faemg, o Sindicato de Produtores. O produtor rural que faz o CAR botou o
271 recibo no bolso, sumiu, desapareceu. Então, nós temos que convocar esse
272 camarada novamente, fazer uma mobilização gigantesca, para falar para ele
273 que, se, por acaso, ele entrar no cadastro e não encontrar a informação dele,
274 para fazer adesão ao PRA, ele tem que lançar novamente as informações.
275 Talvez, tecnicamente, eu não consiga explicar com precisão o que aconteceu,
276 mas a notícia assustadora é essa. Espero que não seja verdade." Geraldo,
277 técnico da Gerência de Cadastro Ambiental Rural/IEF: "Com relação ao CAR,
278 reiteramos o que o Edmar falou. Nós temos acesso, nós temos mais de 680 mil
279 cadastros, quase 700 mil cadastros. O que você está com dúvida, eu acho, é
280 com relação ao processo de retificação e adesão ao PRA. Essa é a questão?"
281 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: "Não. A questão é de perda de 300
282 mil." Geraldo, técnico da Gerência de Cadastro Ambiental Rural/IEF: "Não
283 ocorreu perda de 300 mil cadastros, isso eu posso te garantir. Se quiser, nós
284 podemos mostrar aqui no site, no sistema. Vocês não têm acesso à internet.
285 Então, nós nos comprometemos, na próxima reunião, a trazer todos os dados
286 do Cadastro Ambiental Rural de Minas Gerais." Conselheiro Carlos Alberto
287 Santos Oliveira: "Eu proponho um procedimento diferente. Eu proponho que, na
288 próxima semana, a Faemg seja recebida no IEF, e essas coisas sejam faladas."
289 Geraldo, técnico da Gerência de Cadastro Ambiental Rural/IEF: "Nós podemos
290 marcar uma reunião na próxima semana e esclarecemos todos esses
291 equívocos, essa falha de comunicação, com relação ao Cadastro Ambiental
292 Rural. Eu acredito que o problema está relacionado à central do proprietário
293 possuidor. Alguns proprietários e alguns consultores também não fizeram o
294 gerenciamento de dados dos produtores rurais e agora perderam senha e
295 perderam o acesso. Mas os cadastros estão lá, basta acessá-los novamente."

296 Presidente Guilherme Augusto Duarte de Faria: “Então, o IEF se compromete a
297 receber a Faemg e qual entidade mais quiser participar para que essas dúvidas,
298 de fato, e de modo decisivo sejam sanadas. E que na próxima reunião da CAP
299 nós possamos trazer um retorno para todos os conselheiros, um breve resumo
300 dessa reunião que ocorrer.” Conselheiro Lucas Amaral de Melo: “Eu não
301 represento o CAR, estou representando a universidade. Mas, caso haja alguma
302 necessidade de sistema que possamos auxiliar, é só entrar em contato. Com
303 estou do lado do pessoal que gerencia o sistema, eu posso trazer alguma
304 informação. Com certeza, se em algum momento se perdeu alguma coisa, isso
305 é recuperável, porque o sistema armazena. Talvez seja alguma questão simples
306 de comunicação, não seja nem de sistema. Eu me coloco à disposição caso
307 haja necessidade de alguma comunicação mais rápida.” **Retorno sobre**
308 **questionamento do Sinaflor**. Presidente Guilherme Augusto Duarte de Faria:
309 “Na última reunião, o conselheiro Igor, da AMS, trouxe um apontamento sobre
310 customização e implantação do Sinaflor, e o Edmar gostaria de fazer um
311 esclarecimento também.” Edmar Monteiro Silva/IEF: “Em relação aos
312 esclarecimentos solicitados pelo conselheiro Igor, da AMS, pelo que entendi do
313 ponto de pauta, ele queria uma atualização sobre a implantação do Sinaflor,
314 Sistema Nacional de Controle de Produtos Florestais. É um sistema de
315 plataforma federal que obedece a um comando do Código Florestal de que as
316 intervenções ambientais no Brasil sejam todas integradas a esse sistema.
317 Existe uma instrução normativa do Ibama que estabelece que, a partir de 2 de
318 maio 2018, todas as intervenções ambientais do Brasil deveriam ser
319 processadas, integradas, lançadas dentro desse sistema. Assim, Minas Gerais
320 o fez, vem cumprindo plenamente o que foi definido pela norma federal. Quanto
321 Minas Gerais passou a adotar o Sinaflor, a partir de 2 de maio, nós entendemos
322 que seria uma ferramenta de gestão interessante também para as explorações
323 de floresta plantada, base importante da economia de Minas Gerais, para gerar
324 carvão, sendo que o comando federal não nos obrigava a lançar as explorações
325 de floresta plantada. Após o início da operação do sistema, em 2 de maio,
326 verificamos a necessidade de algumas customizações, sejam para as
327 intervenções ambientais, sejam para as explorações de floresta plantada. Como
328 as explorações de florestas plantadas são atos administrativos mais imediatos,
329 que rodam em uma velocidade maior no órgão ambiental, entendemos também
330 que seria necessária uma adaptação maior do sistema para atender às DCCs.
331 Nos termos da legislação mineira, intervenção ambiental, DCCs; florestas
332 plantadas, DCCs. E fizemos um recuo quanto ao processamento de DCCs
333 dentro do Sinaflor. Foi estabelecida, inicialmente, uma norma interna, que
334 terminaria dia 11 de setembro, e a partir daí voltaríamos com as DCCs para
335 dentro do Sinaflor. Só que resolvemos atualizar a nossa condução desse
336 assunto em relação a floresta plantada e vamos aguardar as customizações do
337 sistema que o Ibama tem prontamente buscado atender o IEF – não só o IEF,
338 mas o Brasil inteiro –, subindo versões praticamente mensalmente dos sistemas

339 – às vezes em duas semanas sobem mais de uma versão. Nós preferimos
340 aguardar para, então, voltar com a floresta plantada. No site do IEF, já está
341 claro, colocadas, desde o início da semana, todas as informações em relação
342 ao Sinaflor e a esse período de transição. Intervenção ambiental, desde 2 de
343 maio, roda no Sinaflor e não deixará de rodar. Exploração de floresta plantada,
344 quando o sistema estiver completamente adaptado, volta para o Sinaflor. O
345 nosso diretor geral esteve, na semana passada, no Ibama, em contato
346 diretamente com o coordenador do Sinaflor, em Brasília, protocolou quais
347 seriam as necessidades de adequação das customizações do sistema. Foi
348 prontamente atendido no sentido de buscar uma celeridade para atender essas
349 customizações. E assim que nós percebermos que todos os nossos servidores
350 estão plenamente capacitados e o sistema também plenamente adaptado para
351 atender as DCCs, nós voltaremos. então, com a antecedência necessária,
352 avisaremos à sociedade, ao setor produtivo, e as DCCs retornarão ao Sinaflor.
353 Em 11 de setembro, conforme inicialmente colocado, os processos retornariam
354 de balcão para ser processados no Sinaflor, não existe mais esse prazo. Vai
355 voltar quando o sistema estiver plenamente adaptado e processar as DCCs no
356 tempo célere necessário.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Nós
357 tínhamos um modelo de controle das intervenções florestais. Minas Gerais tinha
358 o controle, na minha opinião, equivocado, porque estavam as florestas
359 plantadas com um propósito diferente. Enfim, confundia floresta plantada, dava
360 para floresta plantada a mesma preocupação da nativa. Com a nativa, nós
361 temos que realmente nos preocupar, mas a plantada... De repente, uma alma
362 abençoada entendeu que o sistema tinha que ser nacional. E aí veio o sistema
363 nacional, e a burocracia nacional é uma coisa terrível. Ocorre que o sistema
364 nacional serve para Amazonas, Pará, Rio Grande do Sul, não tem essa
365 especialidade que nós temos aqui da floresta plantada, que é essencial para o
366 sistema não só de produção de celulose, mas também de produção de carvão
367 vegetal. Então, na hora de operacionalizar, não deu certo. No sistema das
368 empresas, no sistema produtivo empresarial, essas coisas são resolvidas muito
369 rapidamente, mas, quando tem que contatar o Ibama, que tem que contatar o
370 Sistema Florestal Brasileiro, isso demora muito. Então, na realidade, o que o
371 nosso colega do IEF quis falar é que o problema não está resolvido. O dia 11 é
372 a data base para que as florestas plantadas sejam acolhidas no Sinaflor, e aí,
373 sim, a empresa que quer fazer uma colheita florestal para produção de carvão
374 vai poder usar o Sinaflor para os seus objetivos. Mas, na realidade, hoje, o IEF
375 utiliza o sistema doméstico, anterior.” Edmar Monteiro Silva/IEF: “Desculpe-me,
376 Carlos Alberto, talvez eu não tenha sido claro o suficiente. Eu quis informar aqui
377 que 11 de setembro, esse prazo não existe mais. Não vamos retornar com a
378 floresta plantada, com emissão de DCCs, em 11 de setembro, no Sinaflor, não
379 faremos isso. Nós não retornaremos no dia 11 de setembro com a emissão de
380 DCCs no Sinaflor. Só retornaremos quando tivermos a segurança, junto com o
381 Ibama, de que o sistema atenda essa especificidade em Minas Gerais, que é a

382 floresta plantada.” Presidente Guilherme Augusto Duarte de Faria: “Como o
383 Edmar deixou claro, desde maio, intervenção ambiental, as Daias, de vegetação
384 nativa, Sinaflor; e de maneira bem com cautela do órgão ambiental é que o
385 Sinaflor seja aplicado às DCCs apenas quando esteja customizado de maneira
386 adequada para Minas Gerais. Mantendo-se no balcão.” Conselheiro Carlos
387 Alberto Santos Oliveira: “Só lembrar que, para chegar a essa situação, foi um
388 sufoco.” **Resposta à Moção da CAP nº 03/2018**. Presidente Guilherme Augusto
389 Duarte de Faria: “Na 17ª reunião da CAP, foi aprovada uma moção, e eu vou
390 fazer a leitura da resposta do órgão ambiental. E nós temos aqui a
391 superintendente Liliana para que possa fazer qualquer esclarecimento. ‘Trata-se
392 de Moção CAP nº003/2018, aprovada pelos conselheiros na 17ª reunião da
393 Câmara de Atividades Agrossilvipastoris (CAP), do Conselho Estadual de
394 Política Ambiental (COPAM), realizada em 24 de maio de 2018, para
395 padronização de entendimento referente ao código de suinocultura da
396 Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017. A sugestão dada pelos senhores
397 conselheiros tem o seguinte teor: ‘Que os leitões em amamentação não sejam
398 contados para fins de levantamento do porte do empreendimento. Somente
399 sejam considerados para contagem a partir do desmame, ou seja, do momento
400 em que são separados das matrizes.’ Desta forma, para subsidiar a tomada de
401 decisão pelo presidente do Conselho Estadual de Política Ambiental quanto à
402 moção em tela, apresentamos a seguir os esclarecimentos sobre a participação
403 dos leitões nos diferentes sistemas suinícolas, bem como a definição do porte
404 da atividade estabelecida na deliberação supracitada. A DN COPAM nº 74/2004
405 trazia em seu Anexo Único três códigos específicos para cada sistema de
406 produção de suínos, a saber: G-02-04-6 Suinocultura (ciclo completo) Pot.
407 Poluidor/Degradador: Ar: M Água: G Solo: M Geral: M Porte: 20 < Número de
408 matrizes ≤ 200 : Pequeno 200 < Número de matrizes ≤ 1.000 : Médio Número
409 de matrizes > 1.000 : Grande G-02-05-4 Suinocultura (crescimento e
410 terminação). Pot. Poluidor/Degradador: Ar: M Água: G Solo: M Geral: M Porte:
411 200 < Número de cabeças ≤ 1.000 : Pequeno 1.000 < Número de cabeças ≤
412 10.000 : Médio Número de cabeças > 10.000 : Grande G-02-06-2 - Suinocultura
413 (unidade de produção de leitões) Pot. Poluidor/Degradador: Ar: M Água: G Solo:
414 M Geral: M Porte: 50 < Número de matrizes < 500 : Pequeno 500 < Número de
415 matrizes < 2.000 : Médio Número de matrizes > 2.000 : Grande. Os sistemas
416 suinícolas que têm leitões lactentes ou em amamentação no rebanho podem
417 ser caracterizados como de ciclo completo ou de unidade de produção de
418 leitões - UPL. A suinocultura de ciclo completo tem no plantel todas as
419 categorias de suínos, ou seja, matrizes e reprodutores machos, leitões
420 lactentes, suínos em fase de creche, crescimento e terminação. Neste sistema,
421 os leitões lactentes representam em torno de 20% do número de cabeças do
422 plantel. Contudo, o sistema suinícola UPL tem matrizes, reprodutores machos e
423 leitões lactentes em seu rebanho. Neste sistema, os leitões lactentes
424 representam aproximadamente 70% do número de cabeças do plantel. Com a

425 revisão da DN COPAM nº 74/2004, os códigos G-02-06-2 Suinocultura (unidade
426 de produção de leitões), G-02-04-6 Suinocultura (ciclo completo) e G-02-05-4
427 Suinocultura (crescimento e terminação) foram incorporados ao código G-02-04-
428 6 Suinocultura da DN COPAM nº 217/2017, conforme se segue: G-02-04-6
429 Suinocultura Pot. Poluidor/Degradador: Ar: M Água: G Solo: M Geral: M Porte:
430 200 <número de cabeças < 2.000 : Pequeno 2.000 ≤ Número de cabeças ≤
431 10.000 : Médio Número de cabeças >10.000 : Grande. É necessário ressaltar
432 que o processo de revisão da DN Copam nº 74/2004, que culminou na
433 publicação da DN COPAM nº 217/2017, é o resultado de um extenso trabalho
434 realizado durante todo o ano de 2017 pelas equipes técnicas do Sisema,
435 consolidando as propostas e trabalhos gerados durante seis anos de discussão
436 entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, seus órgãos e entidades
437 vinculados, os órgãos de governo e a sociedade civil. A minuta encaminhada ao
438 COPAM, em 6 de dezembro de 2017, tinha por objetivo a modernização e
439 racionalização do licenciamento ambiental, incorporando, quando possível, as
440 contribuições das consultas públicas, inclusive do próprio setor produtivo, de
441 modo a obter dados e informações que permitissem resultar em parâmetros e
442 portes de enquadramento de empreendimentos e atividades mais adequados à
443 realidade do setor produtivo mineiro, para fins de licenciamento ambiental.
444 Nestes termos, para a atividade de suinocultura, conforme mencionado
445 anteriormente, foi estabelecido um único código. Com isso, houve padronização
446 do parâmetro de porte “número de matrizes” para “número de cabeças”, ou seja,
447 os valores numéricos de porte do atual código, que são “número de cabeças”,
448 foram ajustados para equiparar aos valores de “número de matrizes” que
449 existiam nos códigos G-02-04-6 e G-02-06-2. Ressalta-se que no âmbito do
450 código G-02-04-6, uma matriz equivale a 10 cabeças de animais, incluindo os
451 leitões lactentes, proporção conhecida pelo setor de suinocultura.
452 Especificamente para o setor de UPL, que tem maior participação de leitões
453 lactentes no sistema produtivo, sua incorporação ao código geral de
454 suinocultura não representa prejuízo conforme justificativa no pleito da moção
455 em tela. Isto porque, em termos proporcionais, nos sistemas suinícolas,
456 enquadrados ao antigo código G-02-06-2 da DN COPAM nº 74/2004, o número
457 de leitões representa em torno de três vezes o número de matrizes no rebanho.
458 Lembrando que neste sistema as matrizes e os leitões lactentes representam
459 praticamente a totalidade do rebanho. Assim, a diferença numérica de porte do
460 atual código em relação ao antigo, G-02-06-2 – suinocultura (UPL), representa
461 os leitões lactentes, ou seja, partindo da faixa inferior e superior do porte
462 pequeno do referido código G-02-06-2, fez-se o somatório de 50 matrizes e de
463 150 leitões, perfazendo o total de 200 cabeças, e o somatório de 500 matrizes e
464 1.500 leitões totalizando 2.000 cabeças. Quanto à faixa superior do porte médio,
465 que corresponde atualmente a 10.000 cabeças, foi adotada a mesma
466 metodologia de cálculo do porte pequeno, como referência. Porém, houve um
467 incremento desse limite em 25% de modo a incorporar o valor máximo do porte

468 médio estabelecido para o código G-02-05-4 Suinocultura (crescimento e
469 terminação). Por fim, ressalta-se que o item 28, do Glossário do Anexo Único,
470 da DN COPAM nº 217/2017, encontra-se a definição de número de cabeças, a
471 saber: “28. Número de cabeças – É a quantidade máxima de animais existentes
472 no empreendimento consideradas as diversas fases de produção - cria, recria e
473 engorda, devendo ser expressa em número de cabeças (NC)”. Neste contexto,
474 o número de cabeças no âmbito do código G-02-04-6 – Suinocultura representa
475 o total máximo de animais no sistema produtivo, do nascimento ao abate, e em
476 vista disso, os leitões em amamentação não poderão ser desconsiderados na
477 contagem do número de cabeças para fins de levantamento do porte do
478 empreendimento. Cabe ressaltar que para as demais atividades relativas à
479 criação de animais no âmbito da DN COPAM nº 217/2017 – G-02-02-1
480 Avicultura e G-02-08-9 Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos
481 e caprinos, em regime de confinamento – o parâmetro de porte foi padronizado
482 para “número de cabeças”, o que traz segurança ao empreendedor e ao órgão
483 competente, quando das fiscalizações ambientais, quer seja para fins de
484 licenciamento ou controle da atividade, por se tratar de critério objetivo e de fácil
485 verificação. Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para
486 quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.’ Essa é a resposta
487 técnica. Caso os conselheiros tenham alguma dúvida, a equipe está aqui à
488 disposição para saná-la.” Conselheiro Emílio Elias Mouchrek Filho: “Realmente,
489 nós já analisamos aqui nesta Câmara suinocultura da região de Oratórios,
490 Jequeri, Urucânia, processos aqui com 30 mil animais. Seguramente, no
491 mínimo, dois terços disso são de leitões. Eu não sei como seria voltar atrás em
492 uma situação dessa. Eu gostaria de ouvir, tem especialistas aqui na plateia. Eu
493 acho um pouco difícil voltar essa situação, porque teria que voltar aos
494 processos analisados aqui. Eu sou um pouco da área também, mexo um pouco
495 com isso e acho que é um pouco difícil voltar. Mas talvez eu esteja enganado.”
496 Presidente Guilherme Augusto Duarte de Faria: “Conselheiro Emílio, nesse
497 sentido é que a norma considerou, exatamente, as unidades de leitões para sua
498 construção e que voltar atrás demandaria, de fato, refazer todo o entendimento
499 e definição dos portes e não apenas desconsiderar os leitões da consideração
500 de porte do empreendimento.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira:
501 “Essa questão a Faemg trouxe para cá, para discutir, mas eu fui ali comentar o
502 assunto com o Paulo, que é um especialista na matéria, e ele reforçou a
503 dificuldade que tem de compreender a matéria, tanto é que, para responder a
504 questão, preciso de um ofício de resposta de todo tamanho. Mas agradecemos
505 a manifestação do órgão ambiental. O Guilherme, que é o nosso técnico, não
506 está presente. Não estamos fechando a discussão, e também não é para
507 fechar. É uma questão de entendimento. Ele vai analisar, já deve ter analisado
508 esse documento, e, se necessário, voltamos aqui em outras empreitadas.”
509 Presidente Guilherme Augusto Duarte de Faria: “O debate sempre vai estar
510 aberto, essas novas têm que ser constantemente modernizadas. O esforço foi

511 grande no ano de 2017. Nós participamos em conjunto, e não é à toa que a
512 resposta veio com essa densidade, porque traduz, de fato, um esforço que foi
513 envolvido ali para essa construção de um código único.” **4) EXAME DA ATA DA**
514 **19ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 19ª reunião da Câmara de
515 Atividades Agrossilvipastoris, realizada em 26 de julho de 2018. Votos
516 favoráveis: Ufla, Segov, Crea, Faemg, MAPA, Ibama, AMS e Mover.
517 Abstencões: Seda, Seapa, Emater e Fetaemg. **5) PLANTADORES DE RIOS -**
518 **INICIATIVA LAVRAS. Apresentação: Universidade Federal de Lavras (Ufla).**
519 Régis Mendonça Pereira, da Ufla, fez apresentação do aplicativo ‘Plantadores
520 de Rios,’ que visa conectar o produtor rural com outros entes da sociedade que
521 queiram contribuir para adoção e recuperação de nascentes, criar um modelo
522 de referência que possa ser replicado para os demais municípios do Estado e
523 auxiliar os proprietários rurais no cumprimento das obrigações definidas pelo
524 novo Código Florestal Mineiro. **Debates. Conselheiro Enio Resende de Souza:**
525 “Parabéns Régis, parabéns à Ufla também pelo projeto, pela iniciativa. Só uma
526 pergunta. Qual o critério que vocês estão adotando para estabelecer esse buffer
527 no caso das nascentes difusas. No caso das nascentes pontuais, estão
528 adotando 15 m mesmo? E no caso das nascentes difusas qual é a largura,
529 então, a partir da área brejosa que vocês estão utilizando?” Régis Mendonça
530 Pereira/Ufla: “Desculpa por não ter mencionado a Emater, que é outra parceira
531 nossa também, porque vai servir também para direcionar aonde construir as
532 barraginhas, porque essa especialidade nós não temos, e a Emater conhece
533 mais. Então, são eles que vão marcar aonde vai ser construída barraginha, a
534 caixa e contenção. É a parte técnica da Emater. Com relação às nascentes
535 difusas, nós temos algumas dúvidas também e até discutimos com a Soraya,
536 nesta semana, porque no código não tem, claramente, falando de onde que é,
537 de onde que terminou o solo úmido, brejoso. Não tem claro. Então, ali eu fiz um
538 buffer de 10 m ao redor da área inundada, mas não tem claro no código. E
539 agora das nascentes pontuais, os 15 m, se ele desmatou antes de julho de
540 2008. Se for posterior, os 50 m. E aí vai ser autuado e entra no processo
541 normal, não tem as benesses da lei.” Conselheiro Carlos Alberto Santos
542 Oliveira: “Parabéns para Lavras, parabéns para você. Se eu fosse diretor do
543 IEF, eu dedicaria grande parte dos meus recursos, da minha animação, para
544 fazer esse Programa de Regularização Ambiental. Eu pegaria uma iniciativa
545 como essa, abraçava e ia junto. Nós estamos pelejando para acertar a vida do
546 CAR para depois entrar no PRA. O PRA, igual o Enio falou, é o maior programa
547 de regularização ambiental, de recuperação. Se meio ambiente é importante
548 assim, que a questão da água está ligada com esse tipo de atividade, então,
549 vamos aprender a lidar com esse tipo de coisa. Nós tivemos lá na Faemg, há
550 algum tempo, a visita de técnicos da Vale do Rio Doce, e eles têm também essa
551 compensação por intervenção nesse tipo de coisa, mas, naquela época em que
552 estiveram lá, era muito prematura ainda qualquer ação antes que tivéssemos
553 estabelecido esse Programa de Regularização Ambiental. Mas vamos aprender,

554 ‘uma ‘Lavras’ aqui, ‘uma Faemg’ ali, ‘uma Emater’ mais para frente. Nós vamos
555 aprender a lidar com isso. Nesse grupo de trabalho a que eu me referi mais
556 cedo, que está discutindo as regras do PRA, o pessoal está muito preocupado
557 em arrochar o produtor rural para que ele faça uma recuperação espetacular,
558 que use adubo ou não use, que use defensivo, que não use. Aí o camarada que
559 estudou essa questão a vida toda fica empolgado. E você falou aí no PTRF.
560 Esse PTRF que tem aí é um documento que atende bem ou é um documento
561 que podia ser melhorado, abrandado?” Régis Mendonça Pereira/Ufla: “É um
562 documento que funciona, só que hoje, em dia ele, se fosse feito de maneira
563 certa pelos técnicos, até funcionaria. Tem as informações que precisam ter em
564 um projeto técnico de recomposição florestal, é o que tem lá, só que varia dos
565 técnicos que fazem. Às vezes, o camarada coloca uma lista de espécies lá do
566 Norte aqui para o Sul. O termo de referência, as informações que são
567 solicitadas, ok, mas os termos que são feitos, os projetos que são feitos, eu já
568 não garanto. Mas a nossa ideia é fazer um negócio simples, que seja
569 executável. Porque nós vimos que, se colocar muita coisa, o proprietário não vai
570 fazer. Não adianta encher de monitoramentos, contagem, regeneração nativa.,
571 que o cara não vai fazer. Tem que ser um negócio simples. Cobrir a área
572 primeiro, tirar a erosão que está caindo lá para dentro, construir barraginha,
573 fazer o básico. Depois pensamos no suprassumo.” Conselheiro Carlos Alberto
574 Santos Oliveira: “É isso que eu quis falar aqui no começo e que eu gostaria que
575 fosse levado. Eu fiz duas referências aqui, mas, como é um assunto que chegou
576 agora, a turma não presta atenção. Então, um plano de bacia de determinada
577 bacia hidrográfica tem 1.000 folhas. Lá na base, no Comitê, não se vai nem
578 saber pegar essa informação para aplicar na bacia. Da mesma forma, os planos
579 de manejo de unidade de conservação. Tem 500, 600, 700 folhas. O camarada
580 que pega para fazer, a empresa que é contratada, se dedica, coloca um biólogo,
581 psicólogo, sociólogo e faz aquele documento de todo tamanho. Diga para a
582 Soraya para ela nos ajudar nessa empreitada. A empresa que está fazendo
583 também está com esse medo, mas convidou 30 pessoas, e cada um quer dar
584 sua contribuição. Mas que bom que Lavras está fazendo isso. Nós vamos
585 aprender. Isso é questão de 5, 10, 15, 20 anos. Quem sabe daqui a um tanto de
586 tempo nós teremos o nosso meio ambiente recuperado. Parabéns para você e
587 para Lavras.” Conselheiro Igor Lopes Braga: “Primeiramente, parabenizar pela
588 apresentação. Muito bacana o projeto. E também gostaria de colocar a AMS à
589 disposição para qualquer conversa sobre o projeto, futuramente, com as
590 associadas também. Grande parte do que eu queria também o Carlos Alberto
591 condensou, sobre a questão de o IEF abraçar essa iniciativa e fazer essa
592 questão andar.” Régis Mendonça Pereira/Ufla: “Mencionando o IEF, nós já
593 estamos em contato com a Mariana e o Thiago, e eles já disponibilizaram pelo
594 menos lá em Lavras. Tem um viveiro, mudas, moirão. Então, o IEF já está
595 disponível, já está parceiro. E na parte de avaliação do CAR também, no
596 módulo de análise, já vamos fazer boa parte lá.” Conselheiro Fernando Antônio

597 de Souza Costa: “Nessa orientação das árvores, vocês têm uma preocupação
598 com espécies de exploração econômica para apicultura, coleta de sementes, de
599 frutos, para viabilizar alguma renda para o produtor rural?” Régis Mendonça
600 Pereira/Ufla: “Por enquanto, não estamos preocupados com isso, mas é um
601 ponto de se levar para a Soraya, para discutirmos, porque é possível, dentro da
602 APP, fazer um plantio de mudas para que se possa colher no futuro. Então,
603 daqui a 20 anos, ter uma renda. Tem um sistema agroflorestral que pode ser
604 feito. Foi até discutido no PRA, mas vai de um convencimento. Nós podemos
605 incluir essa ideia dentro do projeto e tentar convencer alguns produtores a fazer
606 o plantio agroflorestral para ter uma renda. Mas a maioria lá é pecuária e café,
607 então, não vai fazer um sistema agroflorestral para ficar lá cuidando. Alguns
608 podem comprar a ideia, nós podemos levar a ideia para lá. Mas o que estamos
609 usando de espécies, nós temos vários levantamentos que a Ufla já fez das
610 espécies do município. Então, são essas que vão servir de base. Estamos
611 fazendo uma lista de espécies. Mas é uma ideia interessante.” Conselheiro
612 Marcos Eugênio Sampaio Rodrigues: “Primeiramente, parabenizar o Régis e a
613 universidade pela iniciativa e expressar a minha preocupação de alguns anos
614 participando das Câmaras Técnicas, de Unidades Regionais Colegiadas e de
615 outros trabalhos que realizamos. Complementando o que o Carlos Alberto falou
616 com relação a documentos, os nossos documentos são muito bem elaborados,
617 os projetos de licenciamentos, os processos muito bem elaborados. Observo
618 que em todos eles, no final, as medidas compensatórias são relacionadas às
619 áreas de recuperação, educação ambiental. E na prática, na minha visão, na
620 minha vivência de Emater, no andar por aí, eu não vejo essas áreas
621 recuperadas. Eu gostaria que o Sisema me mostrasse alguma que eu
622 conhecesse, porque estou vendo muito documento e não estou vendo muita
623 recuperação de áreas nesses últimos 20 anos, pelo menos, que eu estou
624 trabalhando nessa área. Então, fica essa minha preocupação. E quem sabe um
625 projeto como esse não seria o momento de realmente conseguirmos recuperar
626 áreas e obrigarmos os empreendedores, de alguma forma, já que eles têm
627 medidas compensatórias. Se vai recuperar ‘a’, ‘b’, ‘c’ ou ‘x’ nascentes com tal
628 coordenada, que pudéssemos realmente voltar e ver essa área realmente
629 recuperada. Porque os documentos são muito bem elaborados, muito
630 completos, mas, na prática, não vejo a questão da educação ambiental nas
631 áreas de proximidade dessas mineradoras e não vejo áreas que foram
632 realmente recuperadas, pelo menos, nos últimos 20 anos. Fica a minha
633 observação nesse sentido, e que realmente, na prática, possamos ver isso
634 realmente funcionar.” Conselheiro Lucas Amaral de Melo: “Eu só queria finalizar
635 esse assunto. Obrigado, Régis, pela contribuição. Eu estou falando assim
636 porque nós somos da mesma instituição. Eu solicitei a inserção desse assunto
637 na pauta de hoje justamente para criar essa ideia de possibilidades que nós
638 temos. Eu acho que o principal do que o Régis mostrou e que nós queríamos
639 trazer é a questão do fortalecimento de parcerias. Não conseguimos fazer nada

640 sozinhos. A universidade é muito fechada com relação a financeiro, não
641 conseguimos trabalhar muita coisa com o financeiro, e, se não tiver essas
642 parcerias, nada sai. Então, ressaltar. Só nessa iniciativa que nós estamos há
643 pouco tempo trabalhando: Ufla, Serviço Florestal Brasileiro, Prefeitura Municipal
644 de Lavras, IEF, Emater, os proprietários rurais, que são as pessoas mais
645 importantes desse processo; as empresas, que já começaram a procurar.
646 Então, isso é muito importante. A primeira coisa é essa, de parceria, para a
647 viabilização dessa coisa. Outra coisa é, de forma secundária, o que isso
648 possibilita dentro da universidade, que é um pilar nosso. A questão de
649 assistência técnica, porque nós temos capacidade técnica para assistir isso.
650 Vivência rural, que é uma coisa que falta muito na formação dos alunos. E a
651 turma que está trabalhando nesse levantamento de campo é de estudantes
652 nossos, dos nossos cursos, tutorados pelo pessoal responsável. O Regis é um
653 dos responsáveis. Troca de experiências desse pessoal, a instituição,
654 proprietário rural, empresa, realidades totalmente diferentes. Isso faz parte da
655 formação profissional desses meninos. E a questão de extensão universitária,
656 que é um dos nossos pilares e que, infelizmente, somos mais cobrados como
657 pesquisador do que como extensionista. Então, eu só quis trazer essa
658 importância do projeto, mas também para quem sabe criar outros exemplos
659 desse e botar para quebrar nesse negócio do CAR, do PRA. Agradeço a
660 oportunidade de termos mostrado o projeto.” Presidente Guilherme Augusto
661 Duarte de Faria: “Conselheiro Lucas, obrigado por trazer essa iniciativa para cá,
662 e ao Régis, que veio apresentar. O IEF agradece em nome do Sisema. Com
663 certeza, contem conosco não apenas com a infraestrutura que o IEF possui, a
664 sua capilaridade no interior, seus viveiros, mas na parceria também no apoio
665 com relação ao CAR e, principalmente a partir de agora, na disseminação dessa
666 informação, na divulgação, para que possamos dar corpo para esse projeto.
667 Contem conosco.” **6) DIAGNÓSTICO DOS PROJETOS NASCENTES DO**
668 **PARACATU. Apresentação: Movimento Verde Paracatu (Mover).** Tobias
669 Tiago Pinto Vieira fez apresentação à Câmara sobre o diagnóstico dos projetos
670 Nascentes do Paracatu, realizado pela entidade Movimento Verde do Paracatu.
671 Debates. Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Dar os parabéns ao
672 Tobias, ao Movimento Verde de Paracatu, da mesma forma que nós
673 cumprimos também Lavras. Eu repito aqui: se eu fosse o IEF, esses
674 projetos de recuperação que já estão andando, que já existem com alguma
675 solidez, eu me aproximaria deles. Nós somos parceiros do IEF. Construir essa
676 recomposição, essa recuperação florestal e ambiental que está proposta no
677 CAR, o Legislativo já fez sua parte, já fez o projeto, já fez a lei. Cabe a nós
678 implementar essa lei e fazer ser verdade o que ele falou: o maior projeto de
679 recuperação do mundo. Se somos ruins na política, se somos péssimos na
680 corrupção, vamos ganhar ponto na parte ambiental. Parabéns, Tobias.”
681 Conselheiro Enio Resende de Souza: “Eu também queria cumprimentar o
682 Tobias e o Movimento Verde. Parabéns por essa iniciativa, que nós já

683 conhecemos, já vimos você trazer aqui na CAP, mas hoje com outro foco. Já
684 que você teve essa nobreza de pedir também colaboração, sugestões, eu
685 queria pedir licença para dar uma sugestão também que você mencionou. Na
686 Emater, nós temos até um folder que trata da proteção e recuperação de
687 nascentes. Nós falamos que as nascentes são um sistema e não apenas aquele
688 olho d'água, uma situação hídrica ali naquele ponto. Então, muita gente fala
689 isso, vários colegas engenheiros agrônomos, que a nascente muitas vezes é
690 uma torneira cuja caixa d'água seria a área de recarga. Nesse folder nós
691 pontuamos isso. Nós reconhecemos que a proteção da nascente, a
692 recuperação daquela área de APP é fundamental. Mas que isso será otimizado
693 quando – por exemplo, a Ufla está fazendo esse trabalho 'Plantadores de Rios';
694 e você também mencionou – buscamos outras ações na área de recarga, nessa
695 área de contribuição da nascente, na bacia hidrográfica. E, principalmente,
696 então, práticas de conservação do solo, ar e água, como terraceamento, bacias,
697 que você também mencionou. Eu até aproveito aqui a oportunidade. Na semana
698 que vem, liderado pelo IGAM, pela Marília e pela equipe do IGAM, vai acontecer
699 aqui em Belo Horizonte, nos dias 5 e 6, na Supram, 3º andar, uma oficina que
700 vai discutir exatamente essa questão de recarga hídrica, qualidade água etc. E
701 nós fomos convidados para fazer uma palestra. Nós estamos chamando
702 atenção das pastagens, como uma área importante de recarga, que precisam
703 ser observadas com mais carinho pelos ambientalistas. Eu diria que na classe
704 agrônômica já é uma coisa que temos conhecimento de que pastagem ocupa,
705 por exemplo, quase 50% do território mineiro, de acordo com estudo feito pela
706 Faemg. E a maioria dessas pastagens se encontram degradadas. Então, com
707 isso, a recarga hídrica não funciona muito bem. Então, vai haver esse seminário
708 que vai tratar exatamente desse ponto de práticas de conservação, de recarga
709 hídrica etc. Mais uma vez, parabéns pelo trabalho que vocês fazem.” Presidente
710 Guilherme Augusto Duarte de Faria: “Tobias, mais uma vez, obrigado pela
711 apresentação. Reforço, de fato, como o conselheiro Carlos Alberto trouxe,
712 esforços pontuais que nós observamos, como de Lavras, do Movimento Verde,
713 de traduzir o que a legislação nos traz para a prática na recuperação. Conte
714 com o IEF como parceiro do Movimento Verde de Paracatu. Eu até gostaria de
715 ser o interlocutor quando necessário em qualquer dificuldade. Se em algum
716 momento o IEF deixou de ser fornecedor de algum insumo, de alguma coisa,
717 por algum problema, que tenhamos ciência disso, para que possamos correr
718 atrás para, de fato, tornar essa parceria mais eficaz. No tocante à solicitação da
719 avifauna, de uma metodologia, eu vou levar o seu pedido a nossa Diretoria de
720 Fauna. Quem sabe eles possam contribuir com uma metodologia de
721 monitoramento de avifauna que possa ser útil ao seu projeto.” **7) PROCESSO**
722 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PREVIA. 7.1) WD**
723 **Agroindustrial Ltda. Complexo Agrícola. Culturas anuais, semiperenes e**
724 **perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.**
725 **João Pinheiro/MG. PA 00320/1996/016/2014. Classe 4 (conforme Lei nº**

726 **21.972/16, artigo 14, inciso III, alínea “b”). Apresentação: Supram Noroeste.**
 727 Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único, com nova
 728 redação para a condicionante nº 8: “Formalizar perante a Gerência de
 729 Compensação Ambiental do IEF, durante a formalização da Licença de
 730 Instalação - LI, processo de Compensação Ambiental, conforme procedimentos
 731 estipulados pela Portaria IEF nº 55, de 23 de abril de 2012. Prazo: na
 732 formalização da LI”. Votos favoráveis: Seda, Seapa, Ufla, Segov, Crea, Emater,
 733 Faemg, Fetaemg, MAPA, Ibama, AMS e Mover. **8) PROCESSOS**
 734 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**
 735 **CORRETIVA. 8.1) BRF S/A. Granja D, Matrículas 87981 e 80987.**
 736 **Suinocultura (ciclo completo). Uberlândia/MG. PA 20278/2016/001/2017.**
 737 **Classe 5. Apresentação: Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.**
 738 Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
 739 favoráveis: Seda, Seapa, Ufla, Segov, Crea, Emater, Faemg, Fetaemg, MAPA,
 740 Ibama, AMS e Mover. **8.2) Agropecuária Figueiredo Ltda. EPP e Outros.**
 741 **Fazenda Campinas, Veredão São Roque e JS. Culturas anuais, excluindo a**
 742 **olericultura. Unai/MG. PA 09330/2004/007/2015. Classe 5. Apresentação:**
 743 **Supram Noroeste.** Processo retirado de pauta pela Presidência, em
 744 atendimento a solicitação da Supram Noroeste para reavaliação e retorno na
 745 próxima reunião. **8.3) Dimasa S/A. Fazenda Umburana. Culturas anuais,**
 746 **excluindo a olericultura. Burity/MG. PA 01685/2010/001/2016. Classe 5.**
 747 **Apresentação: Supram Noroeste.** Licença concedida por unanimidade nos
 748 termos do Parecer Único, com alterações e inclusão de condicionante. Votos
 749 favoráveis: Mover, AMS, Ibama, MAPA, Fetaemg, Faemg, Emater, Crea, Ufla,
 750 Seapa e Seda. Ausência: Segov. Alterações no Parecer Único. Aprovadas por
 751 maioria as seguintes alterações no Parecer Único: – Substituir “Anvisa” por
 752 “Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)” na condicionante
 753 3; – Suprimir o item “biologia do solo” do monitoramento ambiental, na página
 754 20. Votos favoráveis: Mover, AMS, Ibama, MAPA, Fetaemg, Faemg, Emater,
 755 Crea, Ufla e Seapa. Voto contrário: Seda. Ausência: Segov. Justificativa de voto
 756 contrário. Conselheiro Tiago Bueno Flores: “Senhor presidente, eu peço até
 757 desculpas porque, na verdade, eu queria me manifestar antes de a votação ser
 758 colocada em curso. Porque eu preciso de um subsídio, conselheiro Fernando,
 759 melhor para votar sobre a supressão desse item do monitoramento. Eu não sou
 760 das ciências agrárias nem das biológicas, portanto, não tenho uma competência
 761 razoável aqui para julgar a pertinência desse item que está sendo proposta a
 762 exclusão. Visto que, na arguição do senhor, seria desnecessário, mas, por mais
 763 estranho que possa parecer, assim como no outro item que você mencionou,
 764 que, como o Ricardo (da Supram Noroeste) também deixou claro, que foi uma
 765 inclusão feita pelo próprio empreendedor e pelo responsável pela elaboração do
 766 laudo; e na ausência deles aqui para efetivar a sua defesa; eu peço, então, um
 767 esclarecimento sobre o prejuízo da manutenção desse item como indicador de

768 monitoramento, caso ele seja mantido. Porque, a meu ver, se ele foi colocado
769 pelo empreendedor, e se ele está disposto a fazer esse tipo de monitoramento e
770 tê-lo como indicador, por quê retirá-lo? Diante dos esclarecimentos, eu votaria.
771 Se for pela supressão, e eu não concordar, eu votarei conta.” Presidente
772 Guilherme Augusto Duarte de Faria: “Conselheiro Tiago, me perdoe se, na
773 verdade, a sua manifestação deveria ter acontecido anteriormente, mas,
774 conforme dita o Regimento Interno do COPAM, iniciada a votação, não cabem
775 mais esclarecimentos. Já foi colocado em votação o Parecer Único com as
776 observações, tendo elas tido a concordância do órgão ambiental. De maneira
777 informal, o Fernando possa te esclarecer, mas, neste momento, nós precisamos
778 realmente da manifestação em relação ao voto.” Conselheiro Tiago Bueno
779 Flores: “Diante dessa situação, eu voto contra, visto o que já deixei exposto
780 aqui.” Inclusão de condicionante. Aprovada por unanimidade a inclusão da
781 seguinte condicionante: “Apresentar, a cada 2 (dois) anos, laudo técnico
782 conclusivo, de estabilidade dos barramentos existentes no empreendimento,
783 com Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. Cumprir todas as
784 recomendações técnicas conforme definidas no respectivo laudo. Prazo:
785 primeiro laudo, 120 (cento e vinte) dias após a concessão da licença”. Votos
786 favoráveis: Mover, AMS, Ibama, MAPA, Fetaemg, Faemg, Emater, Crea, Ufla,
787 Seapa e Seda. Ausência: Segov. **8.4) Agropecuária MSP Ltda. Fazenda Santo**
788 **Antônio. Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos**
789 **Agrossilvipastoris. Unaí/MG. PA 03583/2006/003/2018. Classe 4 (Conforme**
790 **Lei nº 21.972/16, artigo 14, inciso III, alínea “b”). Apresentação: Supram**
791 **Noroeste**. Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único.
792 Votos favoráveis: Mover, AMS, Ibama, MAPA, Fetaemg, Faemg, Emater, Crea,
793 Ufla, Seapa e Seda. Ausência: Segov. **8.5) Gilberto Zancanaro e Outros.**
794 **Fazenda Decisão. Ribeirão do Meio e Buriti. Culturas anuais, semiperenes**
795 **e perenes, silvicultura e cultivos Agrossilvipastoris. Unaí/MG. PA**
796 **8046/2004/002/2014. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/16, artigo 14, inciso**
797 **III, alínea “b”). Apresentação: Supram Noroeste**. Licença concedida por
798 unanimidade nos termos do Parecer Único, com alterações e inclusão de
799 condicionante. Votos favoráveis: Seda, Seapa, Ufla, Crea, Emater, Faemg,
800 Fetaemg, MAPA, Ibama, AMS e Mover. Ausência: Segov. Alterações no Parecer
801 Único. Aprovadas por maioria as seguintes alterações no Parecer Único: –
802 Substituir “Anvisa” por “Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
803 (MAPA)” na condicionante 3; – No item ‘8. Impactos Ambientais e Medidas
804 Mitigadoras’, nova redação para o tópico ‘Manejos nas culturas: ‘Desequilíbrio
805 da população de micro e macro organismos do solo com predominância de
806 organismos patogênicos. Impacto negativo de grau moderado. Medidas
807 mitigadoras: Manutenção do sistema de plantio direto quando couber.” Votos
808 favoráveis: Seda, Seapa, Ufla, Crea, Emater, Faemg, Fetaemg, MAPA, Ibama,
809 AMS e Mover. Ausência: Segov. Condicionante 7. Aprovada por unanimidade
810 nova redação para a condicionante 7: “Adequar o Plano de Recuperação de

811 Áreas Degradadas – PRAD contemplando as faixas de área de APP de no
812 mínimo 100 metros, medidos a partir da cota máxima de operação das
813 barragens com área superior a 20 hectares, e 50 metros de APP para as
814 barragens com menos de 20 hectares, medidos a partir da cota máxima de
815 operação, com a finalidade de preservar a vegetação remanescente e a
816 qualidade das águas das barragens, respeitando o artigo 16 da Lei 20.922/13.
817 Prazo: 120 (cento e vinte) dias”. Votos favoráveis: Seda, Seapa, Ufla, Crea,
818 Emater, Faemg, Fetaemg, MAPA, Ibama, AMS e Mover. Ausência: Segov.
819 Inclusão de condicionante. Aprovada por unanimidade a inclusão de nova
820 condicionante com a seguinte redação: “Apresentar, a cada dois anos, laudo
821 técnico conclusivo, de estabilidade dos barramentos existentes no
822 empreendimento, com Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. Cumprir
823 todas as recomendações técnicas conforme definidas no respectivo laudo.
824 Prazo: Primeiro laudo - 120 (cento e vinte) dias após a concessão da licença”.
825 Votos favoráveis: Seda, Seapa, Ufla, Crea, Emater, Faemg, Fetaemg, MAPA,
826 Ibama, AMS e Mover. Ausência: Segov. **8.6) Paulo Arthur Chaim Sabonge e**
827 **Outro. Condomínio Boa Esperança. Barragem de irrigação para agricultura**
828 **sem deslocamento de população atingida. Paracatu/MG. PA**
829 **11996/2004/009/2015. Classe 5. Apresentação: Supram Noroeste.** Licença
830 concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único, com alteração e
831 inclusão de condicionantes.” Votos favoráveis: Seda, Seapa, Ufla, Crea, Emater,
832 Faemg, Fetaemg, MAPA, Ibama, AMS e Mover. Ausência: Segov. Alteração no
833 Parecer Único. Nova redação para o último parágrafo do item ‘8. Utilização e
834 Intervenção em Recursos Hídricos’: “O empreendedor formalizou ainda o
835 Processo de Outorga nº 06686/2014, que trata de desvio parcial de curso de
836 água, que se encontrava em análise junto ao órgão ambiental. No entanto o
837 empreendedor optou por realizar a desativação do canal, apresentando
838 documento técnico com a comprovação de fechamento do mesmo. As ações de
839 recuperação do trecho do canal desativado motivaram a inclusão da
840 condicionante nº 7, presente no anexo II deste parecer técnico.” Votos
841 favoráveis: Seda, Seapa, Ufla, Crea, Emater, Faemg, Fetaemg, MAPA, Ibama,
842 AMS e Mover. Ausência: Segov. Inclusão de condicionantes. Por unanimidade a
843 inclusão de novas condicionantes com as seguintes redações: “Apresentar
844 Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, que contemple a
845 recuperação do trecho do canal de irrigação desativado no empreendimento,
846 com Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e cronograma executivo.
847 Executar integralmente após apreciação da Supram Noroeste. Prazo: 120
848 (cento e vinte) dias.”; – “Apresentar Programa de Uso Racional da Água utilizada
849 para atividade de culturas anuais irrigadas. Cumprir integralmente após
850 apreciação da Supram Noroeste. Prazo: 120 (cento e vinte) dias.” – “Apresentar,
851 a cada 2 (dois) anos, laudo técnico conclusivo, de estabilidade dos barramentos
852 existentes no empreendimento, com Anotação de Responsabilidade Técnica -
853 ART. Cumprir todas as recomendações técnicas conforme definidas no

854 respectivo laudo. Prazo: Primeiro laudo – 120 (cento e vinte) dias após a
855 concessão da licença”. Votos favoráveis às três condicionantes: Seda, Seapa,
856 Ufla, Crea, Emater, Faemg, Fetaemg, MAPA, Ibama, AMS e Mover. Ausência:
857 Segov. **9) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RENOVAÇÃO**
858 **DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 9.1) Vaccinar Indústria e Comércio Ltda.**
859 **Suinocultura. Crescimento e terminação, criação de ovinos, caprinos,**
860 **bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo). Martinho Campos/MG. PA**
861 **13725/2006/002/2014. Classe 5. Apresentação: Supram Alto São Francisco.**
862 Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único, com
863 complementação da redação do item ‘Resíduos sólidos’, na página 6: “Resíduos
864 sólidos: os resíduos gerados na granja e escritório, tais como, vidros, plástico,
865 papéis, são segregados e armazenados temporariamente em bombonas e
866 posteriormente são recolhidos pela coleta municipal. Os resíduos classificados
867 como de serviço de saúde são acondicionados e recolhidos por empresa
868 especializada. Foi apresentado um Plano de Gerenciamento de resíduos sólidos
869 que trouxe o diagnóstico da geração anual, medidas a serem adotadas para
870 segregação, coleta e condicionamento, transporte interno e destinação final,
871 medidas de educação ambiental e de segurança de saúde dos trabalhadores e
872 cronograma de execução, tendo sido considerado satisfatório.” Votos
873 favoráveis: Seda, Seapa, Ufla, Crea, Emater, Faemg, Fetaemg, MAPA, Ibama,
874 AMS e Mover. Ausência: Segov. **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros
875 assuntos a serem tratados, o presidente Guilherme Augusto Duarte de Faria
876 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi
877 lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Guilherme Augusto Duarte de Faria
Presidente Suplente da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris